

Nota - Anatrip

A Associação Nacional das Empresas de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros (Anatrip) reitera seu posicionamento contrário às autorizações de novos mercados concedidas desde outubro de 2019.

Como já é público, a Anatrip apresentou denúncia, ao Tribunal de Contas da União (TCU), com indícios de que a ANTT não cumpriu o processo legal ao conceder autorizações de novos mercados, prejudicando assim as empresas que prestam o serviço de transporte interestadual no país.

Inicialmente, o TCU, em decisão individual do ministro Raimundo Carreiro, suspendeu a possibilidade de autorizações.

A Anatrip destaca que parte importante dessa decisão de um dos integrantes da Corte foi mantida, não estando a ANTT apta a autorizar novas linhas até que comprove que possui a capacidade de atender as exigências de controle e fiscalização. Já que, desde 2019, a agência não tem respeitado a ordem cronológica nas análises dos pedidos de novos mercados pleiteados.

Anatrip enfatiza que a ANTT deve atuar de forma transparente, além de garantir que todas as empresas possam competir em pé de igualdade, situação que atualmente não tem ocorrido.

As informações que comprovam as irregularidades por parte da ANTT foram admitidas pela área técnica do TCU e depois apreciadas pelo ministro da Corte Raimundo Carreiro, que entendeu ser pertinente a suspensão das linhas. A Associação se sente ainda na obrigação de esclarecer que toda a denúncia apresentada ao TCU faz parte de uma pesquisa investigativa robusta e completa, com base em fatos, documentos oficiais e estudos, que estão à disposição de quem desejar.

Por fim, a Anatrip espera que, ao analisar o mérito, a Corte avalie as autorizações de novos mercados concedidas em desacordo com as normas. As linhas foram autorizadas por meio da Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros (SUPAS), quando deveriam ser concedidas pela Diretoria Colegiada da ANTT. Além disso, a Associação acredita que o TCU levará em consideração a má gestão que tem sido realizada pela ANTT e tomará as providências necessárias frente às sucessivas irregularidades cometidas pela agência.